



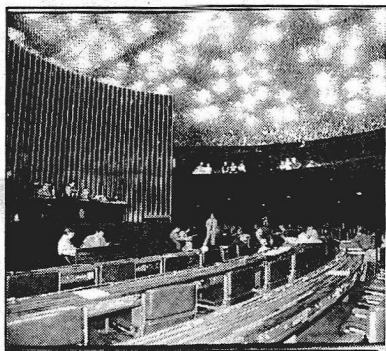
Governo matricial — Fernando Henrique sonhou com um ministério absolutamente subordinado ao Planalto, com câmaras temáticas coordenadas pelo chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho. Nem os ministros trabalham em sintonia nem Carvalho cumpriu o papel de “segundo” do presidente. O secretário de Comunicação, Roberto Mulyaert, foi a primeira baixa: caiu por falta de comunicação com os ministros.



Modelo mexicano — Antes mesmo da posse, o governo foi atingido pela crise do México, economia que funcionava como paradigma para a equipe que criou o Plano Real. O desastre mexicano teve dois efeitos: uma fuga em massa de capitais especulativos, que afetou todos os mercados latino-americanos, e uma fissura na credibilidade da política cambial, que sustentou o plano em seus primeiros meses.



Palanque permanente — Terminada a eleição presidencial, desfez-se a mobilização que sustentou a implantação do Plano Real e deu a vitória a Fernando Henrique. Transformaram-se em protestos contra a reforma da Constituição, organizados pela CUT e pelo PT. O presidente recebe aplausos em recintos fechados e nas incursões pelo Interior.



Reforma a jato — Embalado pela vitória no primeiro turno, o governo acreditou que o voto no Plano Real era garantia de apoio da sociedade às reformas constitucionais. Para torná-las viáveis, acenou aos pequenos partidos e fez um acordo com o PMDB, o que lhe daria teoricamente maioria na Câmara e Senado. Mas era só teoria, como mostram as primeiras batalhas nas comissões da Câmara, uma sucessão de derrotas.



Continuidade sem sustos — Desde que a eleição de Fernando Henrique passou a ser pule de dez, vendeu-se a ilusão de que o ex-ministro da Fazenda teve a candidatura criada e impulsionada pelo antecessor e ex-chefe Itamar Franco. Era conveniente para os dois e estimulou a idéia de um governo de continuidade, “sem sustos”. Servia para acalmar o mercado financeiro e esvaziar especulações. A continuidade, como se viu, era apenas do Plano Real, e do emprego para alguns amigos do ex-presidente. Logo em janeiro, o impulsivo Itamar melindrou-se com a revelação de que seu governo patrocinara operações de maquiagem nas contas de comércio exterior e de distribuição de concessões de telecomunicação para compadres inabilitados. Houve sustos na política de importações e de câmbio. Fernando Henrique gastou três meses para convencer Itamar Franco a partir para a embaixada do Brasil em Lisboa. Na poeira das denúncias, ficou desempregado o ex-ministro das Comunicações Djalma Moraes.



Conselho Político — Fernando Henrique cismou de ter uma relação “institucional” com os partidos, dialogando com seus presidentes em um Conselho Político. A idéia era bonita, o Conselho não: O PFL saía de cara com dois votos, graças à afinidade entre seu presidente, Jorge Bornhausen (*acima à direita*), e o do PSDB, Pimenta Veiga. O PMDB, com nenhum, pois o deputado Luiz Henrique (*à esquerda*) nem tem controle sobre a bancada. O que deveria ser o núcleo do poder transformou-se em assembléia estudantil quando agregou líderes dos outros partidos aliados. A renúncia de Pimenta à presidência do PSDB foi a senha para a morte do Conselho.



Novo Congresso — O governo jogou todas as fichas para garantir a eleição de José Sarney (PMDB-AP) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) para as presidências do Senado e da Câmara. Não era apenas um compromisso de campanha, assumido na formação da aliança com o PFL e o grupo não-quercista do PMDB. O governo apostava que os dois políticos poderiam impulsionar a votação das reformas controlando postos estratégicos do Congresso. De fato, Sarney e Luís Eduardo impuseram um ritmo acelerado aos deputados e senadores, mas isso não ocorre em benefício do governo. Ao contrário, limpando a pauta de votações, eles estão devolvendo ao Congresso o poder de legislar. A primeira consequência será um esvaziamento do poder do Executivo de governar por medidas provisórias.